

Senador já pede uma renúncia a Alfonsín

Após ter proposto em plenário a renúncia do presidente José Sarney — “se ele não tem condições de governar deve fazer como o presidente Raul Alfonsín, da Argentina” —, o senador Chagas Rodrigues (PSDB-PI) passou a defender a constituição de um Governo de união nacional, que assumiria de imediato para tomar as providências necessárias até a eleição e posse do futuro presidente da República.

Chagas, que foi procurado por alguns senadores após a sugestão de que o presidente José Sarney renuncie, acha que o maior sintoma da instabilidade é o anúncio de que os militares estão defendendo a implantação do parlamentarismo. “Até os militares, os últimos que o apoiavam, estão procurando uma maneira de tirar o presidente José Sarney” — comentou.

Contrário à adoção do parlamentarismo agora, “porque seria um casuismo quando a campanha eleitoral está nas ruas”. Chagas entende que, com a renúncia de Sarney, poderia ser criado um Governo de união nacional, que enfrentasse a hiperinflação, a corrupção e a desordem a fim de sanear a administração e entregá-la ao presidente que for eleito.

DESENCANTO

A sessão do Senado da última sexta-feira, em que o presidente José Sarney não teve sequer um defensor, foi um exemplo da imagem do Governo. Todos os discursos e apartes foram de críticas. No debate sobre a pendência entre Rondônia e Acre, por exemplo, os senadores Ronaldo Aragão (PMDB-RO) e Mário Maia (PDT-AC) criticaram a omissão do Governo Federal que não mandou ainda o IBGE pronunciar-se sobre a questão de limites.

O senador João Lobo (PFL-PI) deu uma definição da política tributária, ao comentar que o Governo vive fazendo “espertezinhas contra o contribuín-

te”. Ele só manda pagar os dias úteis da caderneta de poupança, porém ao cobrar seus impostos estabelece a correção monetária sobre os dias corridos. Lembrou que houve cobrança dupla do Imposto de Renda no ano passado, com o **trileão**, “no entanto, o déficit público não diminuiu. Os contribuintes foram extorquidos, mas o déficit permaneceu”.

O senador Ronaldo Aragão condenou a má conservação das estradas e requereu do Ministério dos Transportes e do DNER explicações sobre o destino dos recursos do selo-pedágio. Estranhou Aragão que o Presidente tenha, em entrevista na TV, dito que o País cresceu 20 por cento. “Só se ele incluiu o aumento da miséria, do descaso e da empreitada que está por aí” — comentou.

O Congresso, na opinião de Jutahy Magalhães, não pode aceitar que o Governo continue agindo como se não tivesse que dar explicações sobre os recursos públicos. Deve, com base na nova Constituição, exigir e tomar as providências legais se não o conseguir.

O senador Iram Saraiva observou que “estamos numa fase de estagnação, com absoluto desprezo pela coisa pública. Desde de 64, a tônica é o desvio de recursos, mas agora a situação piorou muito”.

Lamentou Jutahy Magalhães que não tivesse sido noticiado que Renato Ticolaut, ex-diretor do IBC, desmentira, na Comissão de Justiça, ter afirmado, como foi publicado em **O Estado de S. Paulo**, que um deputado nordestino lhe oferecera US\$ 100 mil para facilitar uma exportação de café. No depoimento de Ticolaut aprendera, porém, que estão chamando de “distorções econômicas” algumas falcatruas. Será que deveria classificar assim as atividades de Naji Nahas na Bolsa de Valores, de onde, segundo a imprensa, está saindo com um lucro de US\$ 200 milhões?

CORRADO BRAZILENSE